



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026

EDITAL Nº 033/2026

EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Torna-se público que o Município de Rio Negro, Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do setor de compras, sediada na Rua Mitsuo Ezoe, 575, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão:	08/06/2026
Horário da Fase de Lances:	6:00 às 12:00h (Horário de Brasília)
Link:	Portal de Compras BR — www.comprasbr.com.br
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por lote

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de toners para impressoras, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Rio Negro/MS, referente aos itens fracassados na Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, conforme condições, estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será conforme tabela abaixo.

LOTE	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	CATMAT
LOTE1	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cores preto , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 7.500 páginas para o preto (W2020X), compatível com a impressora HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw e demais equipamentos das séries HP Color LaserJet Pro M454 e M479, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	36	122,80	4.420,80	626036
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor ciano , marca/modelo de	UND	30	74,24	2.227,20	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2021X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor magenta , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2023X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	74,02	2.220,60	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor amarelo , marca/modelo de referência HP414X High Yield Toner Cartridge (W2022X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série	UND	30	74,22	2.226,60	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
LOTE2	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor preto, marca/modelo de referência HP 128A (CE320A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 2.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	78,70	314,80	383053
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor ciano , marca/modelo de referência HP 128A (CE321A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, CM1415fnw, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	58,50	234,00	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor AMARELO, marca/modelo de referência HP 128A (CE322A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e	UND	4	62,99	251,96	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor MAGENTA, marca/modelo de referência HP 128A (CE323A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	59,75	239,00	
LOTE3	Toner para impressora HP M130nw, cor preto, original ou compatível, com 12 meses de garantia a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF217A.	UND	14	80,18	1.122,52	444729
LOTE4	Toner para impressora Xerox B305, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	06	571,03	3.426,18	313522
LOTE5	Toner para impressora. Cartucho de toner preto. Compatível com impressora HP LaserJet Pro MFP M28w. Tecnologia de impressão: laser monocromática. Cor: preto. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de	UND	17	60,42	1.027,14	627431



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	referência: CF248A.					
LOTE6	Toner para impressoras Brother DCP-1602, Brother HL-1212W e Brother DCP-1617NW, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: TN-1060.	UND	22	81,87	1.801,14	313522

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item/lotes**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Portal Compras BR e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Esta dispensa é destinada **exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, desde que pessoas jurídicas legalmente autorizadas e estabelecidas no País que atendam todas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos e pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;

2.3.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3.11. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.3.12. sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

2.5. O impedimento de que trata o item 2.3.6 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.4 e 2.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.3.4 e 2.3.5 não impede a dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em dispensas e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. A vedação de que trata o item 2.4, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a **proposta com a descrição do objeto ofertado**, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.10. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

3.12. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.13. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, conforme data e hora estabelecida no Aviso de Contratação Direta.

5.2. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pelo fornecedor, a Administração ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5.3.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.4.Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.5. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta de preço atualizada, conforme modelo descrito no Anexo IV, contendo o valor de todos os objetos que compõe cada item, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação, e se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1.contiver vícios insanáveis;

5.7.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

5.7.3.apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4.não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8.Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. O fornecedor vencedor da disputa, após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; e

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.14. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.15. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.1.16. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.2. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

8.3. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.2.2. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

9.6.Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8.As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9.Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10.Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11.Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12.Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1.ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.12.2.ANEXO II – Termo de Referência;

9.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

9.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preço;

9.12.5. ANEXO V- Modelo de declaração unificada

Rio Negro- MS, 27 de maio de 2026.

Henrique Mitsuo Vargas Ezoe
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026

1. Exigências de habilitação

1.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

1.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

1.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

1.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

1.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

1.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.23. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

1.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do (a) empresa/fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de toners para impressoras, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Rio Negro/MS, referente aos itens fracassados na Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste instrumento.

1.2. Em conformidade com as características e quantidades especificadas no quadro abaixo:

LOTE	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	CATMAT
LOTE1	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cores preto , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 7.500 páginas para o preto (W2020X), compatível com a impressora HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw e demais equipamentos das séries HP Color LaserJet Pro M454 e M479, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	36	122,80	4.420,80	626036
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor ciano , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2021X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw,	UND	30	74,24	2.227,20	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor magenta , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2023X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	74,02	2.220,60	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor amarelo , marca/modelo de referência HP414X High Yield Toner Cartridge (W2022X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	74,22	2.226,60	
LOTE2	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor preto, marca/modelo de referência HP 128A (CE320A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 2.000 páginas, considerando	UND	4	78,70	314,80	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor ciano , marca/modelo de referência HP 128A (CE321A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, CM1415fnw, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	58,50	234,00	383053
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor AMARELO, marca/modelo de referência HP 128A (CE322A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	62,99	251,96	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor MAGENTA, marca/modelo de referência HP 128A (CE323A) ou compatível de qualidade equivalente ou	UND	4	59,75	239,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
LOTE3	Toner para impressora HP M130nw, cor preto, original ou compatível, com 12 meses de garantia a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF217A.	UND	14	80,18	1.122,52	444729
LOTE4	Toner para impressora Xerox B305, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	06	571,03	3.426,18	313522
LOTE5	Toner para impressora. Cartucho de toner preto. Compatível com impressora HP LaserJet Pro MFP M28w.Tecnologia de impressão: laser monocromática. Cor: preto. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF248A.	UND	17	60,42	1.027,14	627431
LOTE6	Toner para impressoras Brother DCP-1602, Brother HL-1212W e Brother DCP-1617NW, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência:	UND	22	81,87	1.801,14	313522



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	TN-1060.					
--	----------	--	--	--	--	--

1.3. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 746, de 16 de dezembro de 2022.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento das demandas junto às Secretarias e demais Órgãos Municipais, com o objetivo de identificar a necessidade de aquisição de toners, tintas e outros suprimentos destinados às impressoras utilizadas no âmbito da Administração Pública Municipal, considerando que a presente licitação refere-se exclusivamente aos itens que restaram fracassados na **Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026**.

2.2. Em seguida, foram definidos os quantitativos a serem contratados com base nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) encaminhados pelos respectivos setores requisitantes, contemplando exclusivamente os itens fracassados no certame anteriormente mencionado. A partir dessas informações, realizou-se a consolidação dos dados, permitindo a apuração do quantitativo total estimado necessário para o atendimento das demandas identificadas.

2.3. Após a definição dos quantitativos e a realização da pesquisa de preços, foram avaliadas as alternativas de contratação disponíveis, considerando os aspectos técnicos e econômicos, sendo verificada a viabilidade de realização por meio de Dispensa de Licitação na forma eletrônica.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

2.4. A presente solicitação de contratação justifica-se em razão do fracasso de itens no âmbito da Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, destinada à aquisição de suprimentos de impressão para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

2.5. Registra-se que, apesar da regular realização do certame, determinados itens restaram fracassados, em decorrência da ausência de propostas válidas e/ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

desclassificação dos fornecedores participantes, impossibilitando a contratação dos referidos insumos.

2.6. A aquisição permanece necessária e indispensável para garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, as quais dependem diretamente da utilização contínua de equipamentos de impressão.

2.7. No âmbito da Secretaria, são desenvolvidas rotinas administrativas e pedagógicas que envolvem a emissão de documentos, produção de materiais didáticos, registros institucionais e atendimento ao público, atividades que exigem o adequado funcionamento das impressoras.

2.8. Considerando o uso contínuo dos equipamentos, os suprimentos de impressão (toners) apresentam consumo recorrente, sendo imprescindível sua reposição periódica, sob pena de prejuízo à continuidade dos serviços públicos e às atividades educacionais e culturais desenvolvidas.

2.9. Destaca-se, ainda, que o fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade de cada unidade, observando-se critérios de planejamento, controle de estoque e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.10. Dessa forma, justifica-se a realização de nova contratação dos itens fracassados, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, visando assegurar a regular execução das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho

2.11. A presente solicitação de contratação justifica-se em razão do fracasso de item no âmbito da Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, destinada à aquisição de toners e tintas para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.12. Registra-se que, embora regularmente processado o certame, determinados itens restaram fracassados, em virtude da ausência de propostas válidas/desclassificação dos fornecedores participantes, inviabilizando a contratação daqueles insumos essenciais.

2.13. A aquisição pretendida permanece necessária e indispensável, tendo em vista a continuidade dos serviços administrativos e técnicos desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Trabalho.

2.14. Destaca-se que tais unidades realizam atividades contínuas de atendimento à população, incluindo emissão de documentos, cadastramento e atualização de dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

em sistemas oficiais, elaboração de relatórios técnicos, entre outras rotinas administrativas, as quais dependem diretamente do adequado funcionamento dos equipamentos de impressão.

2.15. Considerando o uso intensivo desses equipamentos, os insumos (toners) apresentam consumo recorrente, sendo sua reposição indispensável para evitar a interrupção dos serviços públicos e prejuízos ao atendimento dos usuários da política de assistência social.

2.16. Dessa forma, justifica-se a realização de nova contratação do item fracassado, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, visando assegurar a regular execução das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Secretaria Municipal de Administração

2.17. A presente solicitação de contratação justifica-se em razão do fracasso de itens no âmbito da Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, destinada à aquisição de suprimentos de impressão (toners) para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Administração.

2.18. Registra-se que, apesar da regular realização do certame, determinados itens restaram fracassados, em decorrência da ausência de propostas válidas e/ou desclassificação dos fornecedores participantes, inviabilizando a contratação dos referidos insumos.

2.19. A aquisição permanece necessária e indispensável para garantir a continuidade e a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas pela Secretaria de Administração e seus departamentos, as quais dependem diretamente do uso contínuo de equipamentos de impressão.

2.20. As impressoras constituem ferramentas essenciais para a execução das rotinas administrativas, sendo amplamente utilizadas na emissão de documentos oficiais, memorandos, relatórios, comunicações internas, bem como na formalização e tramitação de processos administrativos.

2.21. Considerando o uso contínuo desses equipamentos, os toners apresentam consumo recorrente, o que ocasiona a redução dos estoques disponíveis, tornando imprescindível sua reposição periódica, sob pena de interrupção dos serviços e prejuízos ao andamento das atividades institucionais.

2.22. Destaca-se, ainda, que o fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade dos setores, observando-se critérios de planejamento, controle de estoque e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.23. Dessa forma, justifica-se a realização de nova contratação dos itens fracassados, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

interesse público, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o regular funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Administração.

Secretaria de Saúde Pública, Saneamento e Higiene

2.24. A presente solicitação de contratação justifica-se em razão do fracasso de itens no âmbito da Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, destinada à aquisição de suprimentos de impressão (toners) para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde Pública, Saneamento e Higiene.

2.25. Registra-se que, apesar da regular realização do certame, determinados itens restaram fracassados, em decorrência da ausência de propostas válidas e/ou desclassificação dos fornecedores participantes, inviabilizando a contratação dos referidos insumos.

2.26. A aquisição permanece necessária e indispensável para garantir o pleno funcionamento das atividades administrativas, técnicas e operacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde Pública, Saneamento e Higiene.

2.27. As impressoras constituem ferramentas essenciais para a emissão de documentos oficiais, relatórios epidemiológicos, notificações sanitárias, pareceres técnicos, processos administrativos, materiais informativos à população, ordens de serviço, dentre outros documentos indispensáveis à execução das ações de saúde pública, saneamento básico e vigilância sanitária.

2.28. Considerando o uso contínuo dos equipamentos, os toners apresentam consumo recorrente, sendo imprescindível sua reposição periódica, sob pena de prejuízo à continuidade dos serviços públicos, atrasos em processos administrativos e comprometimento das ações de fiscalização, monitoramento e atendimento à população.

2.29. Destaca-se, ainda, que o fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades, observando-se critérios de planejamento, controle de estoque e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.30. Dessa forma, justifica-se a realização de nova contratação dos itens fracassados, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a regular execução das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde Pública, Saneamento e Higiene.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Em atendimento à necessidade de aquisição de toners para impressoras, destinados às Secretarias Municipais da Prefeitura de Rio Negro/MS, e considerando que a presente contratação refere-se exclusivamente aos itens fracassados na Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, foi realizado



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

levantamento de mercado com o objetivo de identificar as possíveis soluções disponíveis e as condições praticadas.

3.2. A partir da análise das alternativas existentes, foram consideradas as seguintes possibilidades para atendimento da demanda:

3.2.1. Aquisição por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico: alternativa possível, porém menos vantajosa diante do valor estimado da contratação, o qual se encontra dentro do limite legal para dispensa, além de demandar maior prazo e custos administrativos para sua realização, especialmente considerando tratar-se de itens remanescentes/fracassados de certame anterior.

3.2.2. Adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos: alternativa analisada, porém não foram identificadas atas vigentes compatíveis com os itens fracassados pretendidos ou que apresentem condições mais vantajosas para a Administração.

3.2.3. Contratação por meio de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica: alternativa considerada mais adequada, tendo em vista que, após levantamento de mercado, o valor estimado da contratação — referente exclusivamente aos itens fracassados — se enquadra nos limites previstos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, além de proporcionar maior celeridade e eficiência ao processo.

3.3. O levantamento de mercado demonstrou a existência de diversos fornecedores aptos a atender aos itens fracassados, possibilitando a realização de disputa eletrônica, mesmo em procedimento de dispensa, assegurando a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

3.4. Considerando as alternativas analisadas, conclui-se que a Dispensa de Licitação na forma eletrônica se apresenta como a solução mais viável sob os aspectos técnico e econômico, especialmente por se tratar de nova tentativa de contratação dos itens fracassados, atendendo de forma adequada às necessidades da Administração Pública.

3.5. A escolha da solução fundamenta-se no enquadramento legal em razão do valor estimado da contratação, aliado à necessidade de maior agilidade na aquisição dos itens fracassados, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

3.6. A contratação almeja assegurar o fornecimento de materiais de primeira linha, que atendam aos padrões de qualidade exigidos, contribuindo para o regular funcionamento das atividades administrativas, observando os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

3.7. Os resultados pretendidos com a presente contratação são:
3.7.1. **Quanto à eficácia:** garantir o pleno atendimento das demandas das Secretarias Municipais, assegurando a disponibilidade contínua de suprimentos de impressão



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

necessários ao desempenho das atividades administrativas, inclusive quanto aos itens anteriormente fracassados.

3.7.2. **Quanto à eficiência:** promover o uso racional dos recursos públicos, por meio da aquisição de produtos com qualidade adequada e preços vantajosos, bem como conferir maior agilidade ao processo de contratação.

3.8. Busca-se, ainda, assegurar o fornecimento de materiais com qualidade comprovada, observando boas práticas de sustentabilidade, quando aplicável, de modo a contribuir para a durabilidade dos equipamentos e a redução de desperdícios.

3.9. Dessa forma, a contratação contribuirá para o pleno funcionamento das Secretarias Municipais, garantindo a continuidade dos serviços administrativos, com fornecimento adequado, tempestivo e eficiente dos materiais necessários, especialmente no que se refere aos itens fracassados do certame anterior.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os materiais serão fornecidos por empresa especializada com ramo de atividade compatível com objeto, devidamente regularizada, e com habilitação em conformidade com o exigido no Edital instrumento de convocação e na legislação.

4.2. Os bens/serviços objeto desta contratação deverão atender integralmente às especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência, bem como às condições previstas no edital e na proposta vencedora.

4.2. Os bens deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, originais, de linha de fabricação, em perfeitas condições de funcionamento, não sendo admitidos itens reconicionados, usados, remanufaturados ou com qualquer indício de utilização anterior.

4.4. Os bens deverão possuir garantia mínima de fábrica, complementar à garantia legal, conforme estabelecido neste Termo de Referência, sendo responsabilidade da contratada assegurar a efetividade da garantia, inclusive orientações para acionamento e suporte durante o período de cobertura.

4.5. Sempre que aplicável, os bens deverão atender às normas técnicas vigentes e regulamentações pertinentes, incluindo:

- a) conformidade com padrões de segurança e desempenho;
- b) certificações e etiquetas obrigatórias;
- c) atendimento às normas ABNT e/ou INMETRO, quando couber.

4.7. A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), adotando medidas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

logística reversa, quando aplicável, e assegurando destinação ambientalmente adequada de embalagens e resíduos decorrentes do fornecimento.

4.8. A Administração poderá realizar diligências e/ou solicitar documentos técnicos (catálogos, fichas técnicas e/ou manuais, quando aplicável) para verificação da compatibilidade dos bens ofertados com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo de outras exigências previstas no edital.

4.9. Será recusado o recebimento de bens/serviços que apresentem divergência de marca/modelo/especificação, defeitos, avarias, ausência de acessórios obrigatórios ou qualquer desconformidade com este Termo de Referência, devendo a contratada proceder à substituição/correção, sem ônus adicional, conforme regras de recebimento definidas neste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. As condições de fornecimento e entrega dos produtos observarão as disposições constantes neste instrumento, bem como as normas aplicáveis à contratação por Dispensa de Licitação na forma eletrônica.

5.1.2. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias Municipais de Rio Negro/MS, não havendo obrigatoriedade de contratação ou aquisição de quantitativo mínimo, sendo os pedidos efetuados de acordo com a demanda.

5.1.3. As despesas relativas ao fornecimento e entrega dos produtos correrão integralmente por conta da empresa CONTRATADA, incluindo transporte, tributos, encargos e quaisquer outros custos necessários à execução contratual.

5.1.4. A entrega dos produtos será formalizada mediante emissão de Autorização/Solicitação de Fornecimento (AF), Nota de Empenho ou instrumento equivalente, contendo a especificação dos itens, quantitativos e local de entrega/serviço devendo o recebimento ser conferido e atestado por servidor designado pela Secretaria Demandante.

5.1.5. O prazo para **entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização/Solicitação de Fornecimento (AF) pela CONTRATADA.

5.1.6. Eventuais prorrogações do prazo de entrega somente serão admitidas em casos excepcionais, devidamente justificadas por fato superveniente e aceitas pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5.1.7. Não será admitida prorrogação reiterada do prazo de entrega, sendo que o descumprimento injustificado sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente.

5.1.8. Os produtos deverão ser entregues acompanhados das respectivas notas fiscais, emitidas de forma individualizada por solicitação, contendo obrigatoriamente: número do processo, referência à Dispensa Eletrônica, número da Autorização/Solicitação de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, descrição dos produtos, valores unitários e totais, bem como o local de entrega/serviço, além das demais exigências legais.

5.1.9. Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem indícios de umidade ou quaisquer outras avarias, de modo a garantir a integridade dos produtos.

5.1.10. Não serão recebidos materiais que apresentem embalagens violadas, com sinais de aderência ao produto, umidade, inadequação quanto ao conteúdo ou que não estejam devidamente identificados, em desconformidade com a legislação vigente.

5.1.11. Em caso de rejeição dos materiais, o servidor responsável lavrará Termo de Recusa e Devolução, no qual constarão as irregularidades verificadas. A CONTRATADA será formalmente cientificada e deverá sanar as inconformidades no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ficando sujeita às sanções cabíveis.

5.1.12. Caso a substituição dos itens rejeitados não ocorra no prazo estipulado, ou caso o novo material apresentado também seja recusado, a CONTRATADA será considerada em atraso na execução, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação aplicável.

5.1.13. Todos os custos decorrentes da substituição dos itens rejeitados correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

5.1.14. O servidor designado para acompanhar a execução procederá ao recebimento dos produtos, atestando-o na respectiva Nota Fiscal.

5.1.15. O responsável pelo recebimento terá autonomia para verificar a qualidade, validade e conformidade dos produtos entregues, podendo determinar a devolução total ou parcial daqueles que não atendam às especificações exigidas.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.2.1. Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania – Rua Atualpa Simões, nº 575, Centro – Rio Negro/MS, no horário de expediente do órgão (das 07h às 12h).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Rua Nove de Maio, nº 790, centro – Rio Negro/MS, no horário de expediente do órgão (das 07h às 12h).

5.2.4. Secretaria Municipal de Administração – Rua Mitsuo Ezoe, nº 575, Centro – Rio Negro/MS, no horário de expediente do órgão (das 07h às 12h).

5.2.5. Secretaria Municipal de Saúde Pública, Saneamento e Higiene – Rua Aurélio Leite Sobrinho, nº 335, Bairro Alto, no horário de expediente do órgão (das 07h às 12h e das 13h às 17h)).

5.2.6. Frisa-se que a entrega deverá ser feita integralmente da quantidade e nos locais que constar na Autorização de Fornecimento que serão definidos pela Secretaria Demandante.

5.2.7. A entrega deverá contemplar o fornecimento de bens novos, de primeiro uso, em perfeitas condições, acompanhados de manuais (quando aplicável), acessórios e demais itens indispensáveis ao completo funcionamento (quando aplicável).

5.2.8. A contratada será responsável por todos os custos e encargos relativos ao fornecimento, incluindo transporte, carga e descarga, embalagem, tributos e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. Os toners, cartuchos, tintas e cilindros fornecidos deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e incompatibilidade com os equipamentos.

5.2.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os produtos que apresentarem defeitos ou não atenderem às especificações exigidas.

5.2.3. Os custos de substituição, transporte e demais encargos decorrentes da garantia correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.

5.2.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante, abrangendo manutenção corretiva, substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5.2.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.2.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, especialmente quanto ao fornecimento de toners.

6.2. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão da execução contratual, devidamente justificados, o prazo de fornecimento dos toners será prorrogado pelo período correspondente, mediante registro por apostilamento.

6.3. As comunicações entre a Administração e a CONTRATADA deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, desde que assegurada a comprovação do recebimento.

6.4. A Administração poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências imediatas, especialmente nos casos de fornecimento de produtos em desconformidade, baixa qualidade de impressão ou necessidade de substituição de itens.

6.5. Após a formalização da contratação, poderá ser realizada reunião inicial para alinhamento da execução contratual, contemplando orientações quanto ao fornecimento dos toners, prazos, padrões de qualidade exigidos, procedimentos de entrega/retirada de cartuchos, critérios de aceitação e aplicação de sanções.

6.6. A CONTRATADA deverá garantir que os toners fornecidos atendam às especificações exigidas, assegurando qualidade de impressão, rendimento adequado e pleno funcionamento dos equipamentos, responsabilizando-se por eventuais falhas ou danos causados.

Preposto



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 770, de 2023, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 770, de 2023, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 770, de 2023, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 770, de 2023, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 770, de 2023, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 770, de 2023, art. 22, VII).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 770, de 2023).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 770, de 2023, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 770, de 2023, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 770, de 2023, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 770, de 2023, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 770, de 2023, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 770, de 2023, art. 21, X).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 770, de 2023, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado/atesto.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação da despesa

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.14. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de regularidade fiscal.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (Dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/03/2026.

7.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

7.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item/lotes**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.12. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.13. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.16. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.18. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do (a) empresa/fornecedor.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 19.511,94 (Dezenove mil, quinhentos e onze mil e noventa e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

AQUISIÇÃO DE TONER

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Cód. Reduzido:

59 - 04.040-12.361.0005.2010-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

Ensino Fundamental

Cód. Reduzido:

66 - 04.040-12.361.0074.2011-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA, SANEAMENTO E HIGIENE

Cód. Reduzido: 17 - 05.060-10.301.0031.2055-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1002000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Cód. Reduzido: 31 03.030-04.122.0003.2141-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 7000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E TRABALHO

Cód. Reduzido: 47 - 08.085-08.245.0032.2084-3.3.90.30.00.1660 - F. Recursos: 660 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 7000

Cód. Reduzido: 59 - 08.085-08.245.0032.2104-3.3.90.30.00.1660 - F. Recursos: 660 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 7000

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Negro/MS, 05 de maio de 2026.

Talita Regina Nascimento Matos
Departamento de Compras

Aprovado:

ALDECI DE OLIVEIRA SILVA GAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

NICÉA MARIA DOS SANTOS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

ERONIAS CANDIDO DE REZENDE NETO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA, SANEAMENTO E HIGIENE

JUCELINO MESSIAS DE ASSIS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO E A
EMPRESA XXXXXXXX.**

O MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mitsuo Ezoe, nº 575, Centro, na cidade de Rio Negro - MS, inscrito no C.N.P.J. sob o Nº 03.501.558/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Henrique Mitsuo Vargas Ezoe**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1309483 SSP/MS e CPF n.º 024.041.591-43, residente e domiciliado na Rua São João, nº 255, Centro – CEP Nº 79470-000 - Rio Negro – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE xxxxxx, inscrito no C.N.P.J. sob o Nº xxxxxxxxxx, com sede Rua xxxxx, s/n, Bairro Centro, Rio Negro - MS neste ato representado pela Secretária Sra. xxxxxxxx, (nacionalidade, estado civil, profissão) portador RG n.º xxxx, SSP/xx e CPF n.º xxxxxxxxxx, doravante denominados Contratantes e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com estabelecimento na _____, na cidade _____, doravante denominada Contratada, representada neste ato por _____, brasileiro, portador da carteira de identidade tipo RG n.º _____, emitida pela SSP/____, e do CPF n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 051/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 015/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de toners para impressoras, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Rio Negro/MS, referente aos itens fracassados na Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	CATMAT
------	-----------	------	--------	----------------	-------------	--------



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LOTE1	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cores preto , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 7.500 páginas para o preto (W2020X), compatível com a impressora HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw e demais equipamentos das séries HP Color LaserJet Pro M454 e M479, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	36	xxx	xxxx	626036
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor ciano , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2021X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	xxx	xxxx	
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor magenta , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2023X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	xxx	xxxx	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	Cartucho de toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor amarelo , marca/modelo de referência HP414X High Yield Toner Cartridge (W2022X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	xxx	xxxx	
LOTE2	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor preto, marca/modelo de referência HP 128A (CE320A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 2.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	383053
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor ciano , marca/modelo de referência HP 128A (CE321A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, CM1415fnw, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor AMARELO, marca/modelo de referência HP 128A (CE322A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor MAGENTA, marca/modelo de referência HP 128A (CE323A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	
LOTE3	Toner para impressora HP M130nw, cor preto, original ou compatível, com 12 meses de garantia a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF217A.	UND	14	xxx	xxxx	444729
LOTE4	Toner para impressora Xerox B305, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	06	xxx	xxxx	313522



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LOTE5	Toner para impressora. Cartucho de toner preto. Compatível com impressora HP LaserJet Pro MFP M28w. Tecnologia de impressão: laser monocromática. Cor: preto. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF248A.	UND	17	xxx	xxxx	627431
LOTE6	Toner para impressoras Brother DCP-1602, Brother HL-1212W e Brother DCP-1617NW, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: TN-1060.	UND	22	xxx	xxxx	313522

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Aviso de Contratação Direta;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses dias contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$. (....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto/serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto/serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto/serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

I – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VII - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal de prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VIII - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

IX - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

XI - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XII - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

XIII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

XIV - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XV - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVI - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XVII - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XVIII - Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Considerando que, em razão da natureza dos serviços prestados ao MUNICÍPIO, que envolve o compartilhamento de dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a manter-se adequada às determinações contidas na Lei 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados, bem como aos demais regramentos legais sobre o tema.

10.2. A respeito das normativas relacionadas à proteção e privacidade de dados, a CONTRATADA compromete-se ainda a:

a) Operar os dados pessoais aos quais tiver acesso de forma responsável e transparente, no limite daquilo que é previsto como sua função de operação e nos limites deste instrumento contratual.

b) Limitar o tratamento de dados pessoais apenas ao que for necessário e relacionado com o objeto deste contrato, respeitando os limites da finalidade estabelecida.

c) Possuir mecanismos suficientes para garantir que a operação dos dados será realizada em conformidade com a LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

d) Manter a segurança e sigilo dos dados, adotando medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

e) Dotar seu ambiente com moderna e eficiente tecnologia de proteção de dados e de segurança, validadas com a **CONTRATANTE**.

f) Manter registro das atividades de tratamento de dados, os logs e a trilha de auditoria e comprovação do Tratamento que realizar.

g) Manter avaliação periódica do tratamento para garantir a segurança e qualidade do objeto do Contrato.

h) Fornecer, no prazo solicitado pela **CONTRATANTE**, informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao tratamento, conforme diretrizes da **CONTRATANTE**, respeitando de maneira prioritária os prazos previstos e estipulados em Lei.

i) Auxiliar a **CONTRATANTE**, nos limites da operação praticada pela **CONTRATADA**, na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei ou necessários para a **CONTRATANTE**.

j) Não compartilhar, transferir, comercializar ou de qualquer forma permitir o acesso aos dados para terceiros não autorizados pela **CONTRATANTE** no escopo do Contrato.

k) Restringir o acesso aos dados apenas a aqueles que efetivamente tenham necessidade de acessá-los para o cumprimento deste Contrato e no limite necessário ao tratamento, garantindo, mediante previsão expressa, cláusulas de sigilo e responsabilização em caso de qualquer compartilhamento ou tratamento que conflite com a Lei ou com qualquer outra disposição deste Termo.

l) Notificar a **CONTRATANTE** se houver a necessidade de transferência internacional dos dados para a execução dos serviços, como a utilização de nuvens de armazenamento, e/ou do tratamento a realizá-lo apenas com países que propiciem o grau de proteção de dados adequado à LGPD e/ou que seja ratificado pela ANPD, mediante a garantia de que todas as medidas para proteção dos dados dos titulares, inclusive as previstas neste termo, serão tomadas para a realização de referida transferência.

10.3. A **CONTRATADA** obriga-se por si, por seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados a manter, durante o prazo deste contrato e após o seu término, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação referente as atividades da **CONTRATANTE** e/ou de suas subsidiárias.

10.4. Em qualquer hipótese de vazamento de informações confidenciais e/ou dados pessoais, se comprovada a culpa da **CONTRATADA**, esta fica ciente de que deverá isentar e indenizar de qualquer dano a **CONTRATANTE**, em toda e qualquer esfera, administrativa ou judicial, inclusive perante terceiros e perante a mídia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

10.5. A **CONTRATADA** fica ciente de que após atingida a finalidade do tratamento e/ou terminada a relação contratual entre as Partes, deverá interromper imediatamente o tratamento dos dados cujo tratamento se relacionava ao objeto da relação contratual, salvo se tiver que mantê-los:

- (i) por obrigação legal ou regulatória; ou
- (ii) por respaldo em outra base legal que permita sua manutenção.

10.6. Mediante solicitação formal e em um prazo de até 10 (dez) dias, a **CONTRATADA** compromete-se a disponibilizar à **CONTRATANTE** toda a documentação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta seção e na legislação de proteção de dados aplicável, com o objetivo de verificar as medidas e controles de segurança da informação aplicados pela **CONTRATADA** e adequação do tratamento de dados pessoais, relacionados ao objeto e às obrigações do presente Contrato.

10.7. Caso essa auditoria revele alguma inadequação, como por exemplo, mas não se limitando, ao uso e compartilhamentos indevidos de Dados Pessoais, a **CONTRATADA** compromete-se a desenvolver e a fornecer à **CONTRATANTE** um plano de ação corretivo e um cronograma de execução, sob pena de imediata rescisão justificada e sem qualquer penalidade do Contrato, sem prejuízo do pagamento de indenização por quaisquer perdas e danos sofridos pela **CONTRATANTE** e terceiros, em razão do tratamento ilegal de dados.

10.8. A fim de garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados, ao tomar conhecimento de todo e qualquer incidente de segurança da informação que ocorrer em ambiente próprio ou de terceiros, de sua responsabilidade, e que possa comprometer o Tratamento, os Dados ou suas atividades, especialmente acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, a **CONTRATADA** deverá:

a) Em 24 (vinte e quatro) horas, enviar notificação, por escrito, à Contratante, indicando em referida notificação, no mínimo:

- (a) a descrição e natureza dos dados pessoais afetados;
- (b) as informações sobre os Titulares envolvidos ou afetados pelo Incidente de Segurança;
- (c) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;
- (d) os riscos relacionados ao Incidente de Segurança; e
- (e) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do Incidente de Segurança;

b) Adotar, imediatamente, todas as medidas necessárias para identificar e remediar as causas do Incidente de Segurança;

c) Cumprir com as diretrizes que venham a ser solicitadas pela **CONTRATANTE** em relação aos Incidentes de Segurança, incluindo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- (i) a obtenção de evidências sobre o Incidente de Segurança e sobre os Dados e/ou Tratamento que podem ter sido comprometidos, não devendo ser enviadas evidências com dados ou informações de outros clientes da **CONTRATADA**;
- (ii) a execução de todas as estratégias de mitigação de riscos para reduzir o impacto do Incidente de Segurança ocorrido e/ou a probabilidade ou impacto de eventual incidente semelhante; e
- (iii) Preservar e proteger a segurança da prestação de serviços da Contratante, dos Dados e do Tratamento.

10.9. Caso a **CONTRATADA** não tenha enviado a Notificação de Incidente de Segurança no prazo previsto nesta cláusula, deverá indicar os motivos pelos quais não foi possível cumprir esse prazo.

10.10. Na hipótese de a **CONTRATADA** não responder à notificação no prazo estipulado pela **CONTRATANTE**, conforme cláusula anterior ou se ficar demonstrada desídia quanto à solução do problema identificado, poderá a **CONTRATANTE** rescindir unilateralmente o presente Contrato, dispensado o pagamento de qualquer cláusula penal referente à rescisão antecipada, sem prejuízo de possível ação indenizatória por eventuais perdas e danos.

10.11. Sem prejuízo de perdas e danos, se a **CONTRATADA** ou qualquer de seus profissionais ou subcontratados violar qualquer obrigação deste termo ou a Legislação de Proteção de Dados, a **CONTRATANTE** irá notificá-la para que a situação seja regularizada em prazo razoável informado pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. As exigência de garantia de execução, correrão conforme Termo de Referência.

11.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV) Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias úteis;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 10 (dez) dias úteis, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, caso exigida.

a) O atraso superior a 10 (dez) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1., a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 13, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Rio Negro/MS.

14.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

AQUISIÇÃO DE TONER

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Cód. Reduzido:

59 - 04.040-12.361.0005.2010-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

Educação Infantil

Cód. Reduzido:

85 - 04.040-12.365.0077.2014-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

Ensino Fundamental

Cód. Reduzido:

66 - 04.040-12.361.0074.2011-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

SERVIÇO DE RECARGA

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Cód. Reduzido:

61 - 04.040-12.361.0005.2010-3.3.90.39.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

Ensino Fundamental

Cód. Reduzido:

70 - 04.040-12.361.0074.2011-3.3.90.39.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

Educação Infantil

Cód. Reduzido:

87 - 04.040-12.365.0077.2014-3.3.90.39.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1001000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA, SANEAMENTO E HIGIENE

Cód. Reduzido: 17 - 05.060-10.301.0031.2055-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 1002000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Cód. Reduzido: 31 03.030-04.122.0003.2141-3.3.90.30.00.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 7000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E TRABALHO

Cód. Reduzido: 47 - 08.085-08.245.0032.2084-3.3.90.30.00.1660 - F. Recursos: 660 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 7000

Cód. Reduzido: 59 - 08.085-08.245.0032.2104-3.3.90.30.00.1660 - F. Recursos: 660 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 7000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CONTRATO E DOS CASOS OMISSOS

15.1. O presente contrato, inclusive os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, bem como os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da comarca da cidade de Rio Negro, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

_____ -MS, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE RIO NEGRO/MS

Rep. _____
Prefeito

CONTRATADA

.....
Rep.

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF/MF

Nome: _____
CPF/MF

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA PREÇO
(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2026

MODELO SUGESTIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026 DISPENSA DE VALOR Nº 015/2026		MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE
Razão Social:		
Endereço:		CNPJ N.º:
Cidade:		Data de Abertura: __/__/2026
Telefone:		E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Responsável:		
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de toners para impressoras, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Rio Negro/MS, referente aos itens fracassados na Dispensa Eletrônica nº 008/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 025/2026, conforme condições, quantidades e especificações		



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

estabelecidas neste instrumento.

LOTE	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	CATMAT
LOTE1	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cores preto , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 7.500 páginas para o preto (W2020X), compatível com a impressora HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw e demais equipamentos das séries HP Color LaserJet Pro M454 e M479, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	36	xxx	xxxx	626036
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor ciano , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2021X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	xxx	xxxx	
	Toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor magenta , marca/modelo de referência HP 414X High Yield Toner Cartridge (W2023X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw,	UND	30	xxx	xxxx	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, alto rendimento, cor amarelo , marca/modelo de referência HP414X High Yield Toner Cartridge (W2022X) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 6.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP Color LaserJet Pro MFP M469fdw, M479fdw, M479dw, M454dw, M454dn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 414X, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	30	xxx	xxxx	
LOTE2	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor preto, marca/modelo de referência HP 128A (CE320A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 2.000 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor ciano , marca/modelo de referência HP 128A (CE321A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro	UND	4	xxx	xxxx	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

	CM1415fn Color MFP, CM1415fnw, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.					383053
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor AMARELO, marca/modelo de referência HP 128A (CE322A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	
	Cartucho de toner para impressora laser colorida, cor MAGENTA, marca/modelo de referência HP 128A (CE323A) ou compatível de qualidade equivalente ou superior, com rendimento aproximado de 1.300 a 1.600 páginas, considerando cobertura média de 5% em papel A4, compatível com as impressoras HP LaserJet Pro CM1415fn Color MFP, e demais equipamentos que utilizem cartuchos da série 128A, produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	4	xxx	xxxx	
LOTE3	Toner para impressora HP M130nw, cor preto, original ou compatível, com 12 meses de garantia a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF217A.	UND	14	xxx	xxxx	444729



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LOTE4	Toner para impressora Xerox B305, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso.	UND	06	xxx	xxxx	313522
LOTE5	Toner para impressora. Cartucho de toner preto. Compatível com impressora HP LaserJet Pro MFP M28w.Tecnologia de impressão: laser monocromática. Cor: preto. Condição: Produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: CF248A.	UND	17	xxx	xxxx	627431
LOTE6	Toner para impressoras Brother DCP-1602, Brother HL-1212W e Brother DCP-1617NW, cor preto, original ou compatível, com garantia mínima de 12 meses a partir do recebimento. Condição: produto novo, lacrado de fábrica e pronto para uso. Marca/modelo de referência: TN-1060.	UND	22	xxx	xxxx	313522

TIPO: Menor Preço Por Item/Lote.

TOTAL GERAL, já incluídos todos os tributos e encargos sociais: R\$ xxxx (valor por extenso).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 12 (doze) meses.

(...) DECLARO que a empresa acima identificada não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

(...) DECLARO ter pleno conhecimento do teor da consulta de preços, assim como quanto ao conteúdo do Termo de Referência (Anexo II) que a acompanha e dela é parte integrante independentemente de transcrição.

XXXXXXXXXX/xx, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A....., inscrito no CNPJ nº.
....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº. SSP..... e do CPF nº.,
DECLARA para os devidos fins:

() que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

() que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação
Direta e seus anexos;

() que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-
as como firmes e verdadeiras;

() que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e
para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

() que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição; e

() que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Xxxxxxxxxx/xx, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.